

Reunidos em assembleia na terça-feira, 15/2, os professores da PUC-SP resolveram apresentar algumas sugestões de mudança ao texto do Acordo Interno, apresentado pelos gestores.

Das quinze alterações apresentadas pela Fundação/Reitoria os professores concordaram integralmente com sete e propuseram novas redações para as outras oito. As adequações se deveram principalmente ao entendimento dos docentes de que algumas mudanças chocavam-se com os textos da Convenção Coletiva do Sindicato dos Professores (Sinpro-SP) e, algumas vezes, com a própria CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

As cláusulas mais polêmicas foram aquelas referentes à duração da hora/aula e da demissão do professor que não comunica a sua volta após licença sem vencimentos (veja o comentário sobre todos os itens na página 2).

As negociações para a assinatura do Acordo Interno de Trabalho prosseguem no dia 25/2, quando os gestores deverão analisar juntamente com a APROPUC as alterações sugeridas pelos docentes. Caso as partes cheguem a um acordo, o texto será assinado no dia 28/2.

PREOCUPAÇÕES DOS PROFESSORES

A discussão dos tópicos do Acordo Interno remeteu a outras preocupações que vêm afligindo os docentes, principalmente no caso dos contratos de

ACORDO INTERNO PROFESSORES DISCUTEM PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO TEXTO DA FUNDAÇÃO/REITORIA

trabalho. Foi relatado pelos presentes que os gestores vêm cortando uma série de turmas, principalmente em cursos como Psicologia, Direito e Economia. Segundo o *PUCviva* apurou este corte refere-se a turmas desdobradas que, por não alcançarem um número suficiente de alunos (ou ainda que consigam este número), são juntadas pelos gestores.

A professora Bia Abra-

mides relatou os desdobramentos da assembleia passada na qual este tema foi discutido, redundando na formação de três comissões para estudar a situação da universidade (veja mais detalhes na página 3)

A presidente da APROPUC também retornou aos temas discutidos com os gestores por ocasião da primeira negociação do Acordo Interno. A questão dos substitutos eternos que,

mesmo tendo cumprido os dois anos continuam a dar aula no departamento e são impedidos de ingressar na carreira.

Outro tema levantado nas discussões foi a questão de fechamento de cursos antes de um novo vestibular complementar. Os professores da APROPUC lembraram que estes cursos poderiam ter uma maior procura se fossem efetivadas diferentes estratégias de propaganda dirigida àqueles segmentos que potencialmente constituiriam o público-alvo do curso. Outra solução seria adotar-se o esquema de mensalidades diferenciadas para os cursos de baixa procura.

Uma preocupação que vem ganhando espaço na universidade é a aposentadoria de nosso corpo docente, que hoje é consideravelmente idoso. Os gestores, por várias vezes levantaram a hipótese de aposentadoria compulsória aos 75 anos. Porém a professora Bia lembrou que a APROPUC já vem discutindo este tema há várias gestões, sempre sugerindo que se constituam formas de aposentadoria complementar e que haja a possibilidade de integração do docente em projetos específicos dentro da universidade.

VEJA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

ESTUDANTE DA PUC-SP É AGREDIDO EM ATO CONTRA AUMENTO DA TARFIA

Pág. 4



Vinicius estudante da PUC-SP sendo agredido por PMS

Veja as alterações propostas pelos professores ao Acordo Interno

Acordo Interno Atual	Proposta da Fundação/Reitoria	Posição dos professores
Cláusula 1ª - O presente Acordo Interno é celebrado por prazo determinado a contar de sua assinatura, com efeito retroativo a 01/03/2010, encerrando-se em 28/02/2011.	Cláusula 1ª - O presente Acordo Interno é celebrado por prazo determinado, no período de 01/03/2011 à 28/02/2012.	Concordam.
Cláusula 2ª - O presente acordo coletivo abrange todas as categorias dos Professores da Graduação e Pós - Graduação da FUNDASP de todos os Campi da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estendido aos Profissionais Técnico e Professores da Escola Especial de Educação Básica da DERDIC.	Cláusula 2ª - O presente acordo coletivo abrange todas as categorias dos Professores da Graduação e Pós - Graduação da FUNDASP de todos os Campi da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	Concordam desde que por ocasião da assinatura do Acordo os profissionais da DERDIC estejam cobertos sindicalmente por suas respectivas associações, conforme. nos foi informado pela FUNDASP e REITORIA.
Cláusula 3ª - Regime Contratual: O Contrato de trabalho dos Professores da FUNDASP é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Cláusula 3ª - Regime Contratual: O Contrato de trabalho dos Professores é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, não inferior ao limite de Tempo Parcial 10 (TP 10), composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Concordam.
Cláusula 4ª - Os contratos de trabalho dos Professores da FUNDASP devem ser estabelecidos por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo: No caso da contratação de Professor substituto (prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro) a ser avaliada como necessária pelo departamento, após findados 2 (dois) contratos consecutivos por prazo determinado, o mesmo será prorrogado por prazo indeterminado.	Cláusula 4ª - Contrato de Trabalho: Os contratos de trabalho dos Professores da FUNDASP devem ser estabelecidos por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo: No caso da contratação de Professor substituto (prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro) a ser avaliada como necessária pelo departamento, após findados 2 (dois) contratos consecutivos, no limite de 2 anos, por prazo determinado, o mesmo será prorrogado por prazo indeterminado.	Parágrafo 2º - a. No caso da contratação de Professor substituto ser avaliada como necessária pelo departamento, após findados 2 (dois) contratos consecutivos. b. No caso de contratos por prazo determinado, não consecutivos, considerar-se-á o limite do período de dois anos para a aplicação de prazo indeterminado.
Cláusula 8ª - Duração da hora/aula/docência: Para os fins do contido no artigo 320 da CLT, considera-se hora/aula/docência o trabalho letivo, em sala de aula, com duração máxima de 50 minutos.	Cláusula 8ª - Duração da hora/aula/docência: Para os fins do contido no artigo 320 da CLT, considera-se hora/aula/docência o trabalho letivo, em sala de aula, com duração máxima de 50 minutos para a graduação e 60 minutos para a pós graduação, <i>lato e stricto sensu</i> .	Cláusula 8ª - manter a redação 2010 (previsto na Convenção Coletiva e CLT) obs.: a Graduação e pós <i>stricto sensu</i> são parte integrante da estrutura curricular. O <i>lato sensu</i> não entra no Acordo Coletivo, posto que é regido pelas regras da COGAE, fora do contrato do professor.
Cláusula 9ª - Relação direta de emprego: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios limitados ao período estabelecido pelo contrato do convênio.	Cláusula 9ª - Relação direta de emprego: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios ou cursos específicos na educação continuada limitados ao período estabelecido pelo contrato do convênio.	Cláusula 9ª - Relação direta de emprego: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios ou cursos oferecidos pela COGAE limitados ao período estabelecido pelo contrato do convênio ou dos cursos.
Cláusula 12ª - Comprovantes de Pagamentos: A FUNDASP se obriga a fornecer mensalmente aos Professores recibo de pagamento da remuneração mensal.	Cláusula 12ª - Comprovantes de Pagamentos: A FUNDASP se obriga a disponibilizar mensalmente, através do portal acadêmico/administrativo, o recibo de pagamento da remuneração mensal.	Cláusula 12ª - manter a redação de 2010 obs.: hollerith é um documento que o professor tem direito a receber em mãos.
Cláusula 19ª. Garantia Semestral de Salários: Serão garantidos os direitos assegurados pela Convenção Coletiva do SINPRO/SEMESP -2010.	Cláusula 19ª. Garantia Semestral De Salários: Serão garantidos os direitos assegurados pela Convenção Coletiva do SINPRO/SEMESP - 2011.	Concordam.
Cláusula 25ª. - Adicional Auxílio-Escola: A FUNDASP/PUC-SP concederá a título de reembolso Auxílio Escola o valor de até R\$ 371,18.	Cláusula 25ª. - Adicional Auxílio-Escola: A FUNDASP/PUC-SP concederá a título de reembolso Auxílio Escola o valor de até R\$ 400,00.	Concordam.
Cláusula 26ª. - Refeição Padrão - Desconto: Fica assegurado aos Professores com horário integral de trabalho, representando 40 (quarenta) horas semanais ou T.I., o desconto de 50% (cinquenta por cento) no custo mensal da refeição padrão dos Restaurantes Universitários.	Cláusula 26ª. - Refeição Padrão - Desconto: Fica assegurado aos Professores com carga horária igual ou superior a Tempo Parcial 20 (TP 20), o desconto de 50% (cinquenta por cento) no custo mensal da refeição padrão dos Restaurantes Universitários.	Concordam.
Cláusula 34ª. - Licença sem Vencimentos: Parágrafo Sexto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Cláusula 34ª. - Licença sem Vencimentos: Parágrafo Sexto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, o professor será considerado demissionário.	Cláusula 34ª. para parágrafo sexto, manter como está no Acordo 2010. obs.: está previsto na CLT com toda uma tramitação.
Cláusula 35ª. - Licença para Cumprimento de Função Pública: Parágrafo Quarto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Cláusula 35ª. - Licença para Cumprimento de Função Pública: Parágrafo Quarto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, o professor será considerado demissionário.	Cláusula 35ª. para parágrafo quarto manter como está no Acordo 2010. obs.: está previsto na CLT com toda uma tramitação
XI - Fecho - Cláusula 45ª : Fica mantido o Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista nos termos previstos pelo artigo 625-C da Consolidação das Leis do trabalho, com redação dada pela Lei 9958 de 12 de janeiro de 2000.	XI - Fecho -Cláusula 45ª: Situações não previstas neste Acordo serão tratadas nos termos da CLT e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.	Concordam.

Na quinta-feira audiência discute dívida trabalhista da PUC-SP

Acontece no dia 24/2, uma audiência envolvendo o Sinpro-SP, Fundação São Paulo e APROPUC na Justiça do Trabalho, para discutir a ação movida pela entidade para o cumprimento da dívida salarial de 2005.

Naquele ano a universidade não reajustou os salários dos docentes em 7,66%, conforme havia sido acordado entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato das Mantenedoras. Durante os anos seguintes não se conseguiu chegar a um acordo sobre a forma de pagamento do montante acumulado e do reajuste no salário. A atual diretoria tentou desde o final de 2009 uma negociação com o novo reitor e a Fundação São Paulo, mas os professores consideraram que as propostas apresentadas situavam-se muito aquém daquilo que lhes era devido e não incorporava aos salários docentes

QUANTO A PUC-SP DEVE A SEUS DOCENTES		
CATEGORIA	SALÁRIO EM 2005	TOTAL DEVIDO ATÉ DEZEMBRO/2010
Titular	9.968,03	64.635,02
Associado	8.542,36	55.390,37
Ass. Doutor	7.301,02	47.341,27
Ass. Mestre	5.224,35	33.875,73
Aux. Ensino	4.111,35	26.658,81

Nota: Os salários acima referem-se a contratos de tempo integral sem nenhum adicional

o reajuste de 7,66% devido aos docentes.

Afrontando a CLT, os gestores ofereceram aos professores um acordo individual que previa pagamento de 60% da dívida e 1% de reajuste salarial, por conta dos 7,66%, proposta que já havia sido recusada pela assembleia dos professores. Por entender que se tratava de um direito adquirido a APROPUC prosseguiu com a ação.

O *PUCviva* atualizou a dívida até o mês de janeiro/2011, reajustando-a mensalmente pelo ICV-Dieese. O resultado é que hoje a Fundação São Paulo deve cerca de 648,42% do salário dezembro de 2005. Ou seja, um titular, que ganhava na época R\$ 9.968,08 deveria receber a quantia de R\$ 64.635,02, sem contar possíveis adicionais, como os chamados quinquênios. (veja acima uma tabela comparati-

A DÍVIDA DA PUC-SP COM OS DOCENTES É DE

648,42%

Sobre os salários de 2005

Valores reajustados pelo ICV-Dieese até 12/2010

va para cada categoria docente).

Diante da enorme diferença que havia entre o que era devido pela PUC-SP e o que era proposto pela Fundasp, os professores não tiveram outra alternativa senão a entrada na Justiça do Trabalho, que marcou a primeira audiência para o dia 24 deste mês, às 10h, no Fórum Trabalhista Rui Barbosa, Rua Marquês de São Vicente, 235.

Comissões docentes iniciam reuniões

As comissões formadas durante a assembleia da APROPUC, realizada no dia 2/2, começaram a fazer suas primeiras reuniões. A comissão de organização do debate se reuniu no dia 18/2 após o fechamento desta edição para pensar mesas de discussões que aprofundem o debate sobre a realidade da universidade.

As comissões de trabalho referentes ao contrato de docente, financeiro/administrativo e projeto de universidade

se reunirão dia 23/2, às 17h, na sede da APROPUC.

Os professores que queiram participar das reuniões podem entrar contato com a APROPUC pelos telefones 3865-4914 e 3872-2685 ou pelo e-mail apropuc@uol.com.br.

As reuniões são abertas a participação de todos os professores que estejam interessados.

As comissões foram formadas com a finalidade de estudar melhor a

atual situação da universidade, abordando a sua situação financeira, o contrato de trabalho docente e projeto de universidade.

O jornal *PUCviva* acompanhará o funcionamento destas comissões noticiando seus desdobramentos nas próximas edições.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCviva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinete Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PM reprime protestos contra aumento da tarifa, estudante da PUC-SP é espancado

Mais uma vez o governo do prefeito Gilberto Kassab utilizou a repressão como forma de diálogo com manifestantes. Desta vez as vítimas foram os militantes que lutam pela redução da tarifa do ônibus que foram agredidos durante protesto realizado na frente da prefeitura no dia 17/2.

Vinícius Boim, estudante de pós-graduação do curso de Serviço Social da PUC-SP, foi violentamente agredido por vários policiais quando caiu no chão. O aluno foi levado ao hospital do servidor público onde foi constatada uma fratura no nariz e a necessidade de uma cirurgia. O hospital municipal, no entanto, se recusou a fazer a operação alegando falta de estrutura.

A APROPUC e os coordenadores do curso de Serviço Social procuraram a Reitoria para que intercedesse junto ao hospital para que Vinícius fosse atendido o mais breve possível.

Além de Vinícius diversos outros militantes foram feridos com balas de borracha e sofreram com os efeitos do gás de pimenta e das bombas de efeito moral. Os vereadores que acompanhavam o movimento tentando fazer uma mediação com a

polícia também foram agredidos.

Ainda na tarde da última quinta-feira, 17/2, seis militantes do movimento que luta contra o aumento da tarifa de ônibus se acorrentaram nas catracas da entrada principal do prédio da Prefeitura de São Paulo. Os manifestantes se instalaram por volta das 12h30min, reivindicando uma reunião de negociação com o prefeito Gilberto Kassab pela revogação do aumento.

Após o término do confronto acabou os manifestantes que estavam acorrentados foram impedidos de sair das dependências da prefeitura pelo comando da Polícia Militar. Somente após 4 horas de negociação os acorrentados foram autorizados a se desacorrentar sem serem presos.

Desde o início do ano, grandes manifestações têm mobilizado a cidade, reunindo milhares de pessoas para protestar contra o aumento abusivo da passagem que passou de R\$2,70 para R\$3,00.

O Conselho Regional de Serviço Social, os curso de graduação e pós de Serviço Social e o Tribunal Popular manifestaram seu repúdio ao ato covarde da PM. Ao lado reproduzimos a manifestação da APROPUC.

O repúdio da APROPUC

A APROPUC repudia a violência das forças policiais de São Paulo contra os manifestantes que protestavam, dia 17/02, contra o aumento das passagens de ônibus da cidade de São Paulo.

Desde que o prefeito Gilberto Kassab decretou o aumento das passagens de ônibus em 2011 com um índice acima da inflação, vários questionamentos estão sendo realizados por toda a cidade. Não se conhece as reais planilhas de custo e subsídio das empresas operadoras do sistema, que inclusive contém várias denúncias de irregularidades trabalhistas e salários arrojados contra os seus motoristas, cobradores e mecânicos. Oneram o bolso dos moradores de São Paulo ao imporem uma das tarifas mais caras do país atrelada a uma concepção higienista de cidade.

O Movimento pelo Passe Livre está organizando, com o apoio de outras dezenas de entidades, uma série de protestos questionando esse aumento abusivo e a realidade do transporte de São Paulo. No entanto, a reação do poder público é o descalço e a violência. Na quinta-feira, 17/02, presenciamos mais cenas

de selvageria e truculência por parte da PM de São Paulo contra centenas de manifestantes que protestavam pacificamente na sede da Prefeitura de São Paulo. Dezenas de pessoas entre manifestantes e transeuntes sofreram violência com tiros de borracha, gás lacrimogênio e golpes de cassetete no Viaduto do Chá. O assistente social da prefeitura de São Paulo Vinícius Boim, estudante de mestrado da PUC-SP, foi barbaramente agredido pelos policiais, sofrendo inúmeros ferimentos pelo corpo. Mesmo hospitalizado, havia a ameaça de ser preso enquanto aguardava a realização de uma cirurgia de emergência. Repudiamos a violência contra a população de São Paulo. Exigimos a punição dos responsáveis pelas agressões dos policiais contra a população. A violência do Estado é parte da criminalização dos movimentos sociais e da classe trabalhadora que está sendo implementada pela elite dominante. Repudiamos também a violência contra toda a população pelo abuso do poder econômico nas tarifas de transporte público.

Estudantes recebem novos colegas em calourada unificada

Apesar do tradicional trote das universidades, com cortes de cabelo, bebedeira e muita tinta, alguns Centros Acadêmicos e estudantes da PUC-SP realizaram uma semana especial de recepção aos calouros, com atividades que visam apresentar a universidade, bem como refletir sobre a atual situação da PUC-SP e do ensino superior no país.

Na primeira semana de aula ocorreram atividades específicas de cada curso. No Direito, entre os dias 16 e 18/2, foram realizadas rodas de debate para discutir a obrigatoriedade do exame da OAB e a precarização do Mercado de trabalho. No curso de Jor-

nalismo, no dia 16/2, entre outras atividades, foi realizada a palestra "Os caminhos do jornalismo e a imprensa alternativa" com Leonardo Sakamoto, jornalista do Repórter Brasil.

CALOURADA UNIFICADA

As atividades unificadas vão ocorrer durante esta semana. No dia 21/2, às 9h e às 19h, será realizada uma mesa sobre a concepção da universidade com participação de Sabrina (Cursinho Popular), Beatriz Abramides e Priscila Cornalbas (APROPUC), Lizete (ADUSP - Associação dos Docentes da USP) e Luisa D'Avola (estu-

dante de Direito da PUC-SP).

Já no dia 22/2, às 9h e às 18h, será realizada uma roda de conversa sobre opressões na universidade com Luís Fernando, estudante de Psicologia, debatendo a questão LBGTT, Roberta Toledo, estudante de Direito, que debaterá etnia e o coletivo de mulheres Yabá, formado por estudantes de Direito da PUC-SP, que debaterá a questão de gênero.

O histórico recente da PUC-SP é o tema da palestra do dia 23/2, que discutirá o Redesenho Institucional e os seus desdobramentos, com as demissões, a criação do Consad, o aumento das mensalidades, entre outras mudanças

que a universidade vem enfrentando. A atividade será realizada no Pátio da Cruz, no período da manhã e da noite e terá participação de Lúcio Flavio Rodrigues de Alemida, do Departamento de Ciências Sociais, e dos estudantes Felipe Moda, Caio Zinet e Paula de Paula.

BLOCO DE CARNAVAL

No dia 25/2, será realizado um bloco de carnaval, que percorrerá toda a universidade cantando marchinhas e músicas irreverentes sobre o atual contexto da universidade. O cortejo de marchinhas será finalizado no Pátio do Benê, com um sarau aberto a todos os estudantes.

FALA COMUNIDADE

Mais um funcionário demitido da PUC-SP

Pedro Henrique Lopes

Sou a bola da vez, a vítima do momento, um dos últimos casos de demissão sem razão aparente, para justificar o modelo capitalista pseudo-católico que a PUC vem nos empurrando goela abaixo a partir das últimas gestões, principalmente desta última comandada por aquele velhinho tão simpático. É muito triste admitir que o sonho acabou, que o espaço democrático que a universidade representava e vivia nos anos 70, 80 e 90 finalmente já não passa de uma saudade, de uma lembrança.

No dia 22 de dezembro de 2010 recebo em minha correspondência eletrônica um e-mail do DRH me "convocando" a comparecer no dia 03 de Janeiro de 2011 para tratar de "assuntos de meu interesse". Pelo tom formal e pouco habitual do texto, logo percebi que certamente não se tratava de boa coisa. Passei o Natal e o Ano Novo com aquilo me martelando na cabeça, pensando afinal o que poderia ser. Certamente deveria ser uma advertência, pois eu havia faltado alguns dias por problemas de saúde, que já eram bastante conhecidos de chefias de setores onde trabalhei, do DRH e da própria Reitoria.

Mas para a minha surpresa era uma carta de demissão, e o motivo alegado eram as faltas. Daquele dia em diante comeci uma verdadeira peregrinação para tentar explicar aos "donos do poder na PUC" os motivos que me levavam a faltar no trabalho.

Vou relatar aqui a doen-

ça que tenho há mais de 10 anos e que começou repentinamente, sem aviso prévio. Sofro de epilepsia, da forma mais branda, que se caracteriza por crises de ausência que me deixam fora do ar por períodos que variam de 30, 40 segundos ou até mesmo minutos. Se um episódio desses acontece enquanto estou descendo uma escada, ou atravessando uma rua, por exemplo, é bem provável que eu sofra um acidente.

Mas, mesmo depois de ter explicado o meu caso para o reitor, ter-lhe encaminhado um documento contendo um laudo médico do neurologista, bulas de remédios controlados que tomo todos os dias e

todos os argumentos que comprovavam que se tratava de um funcionário em tratamento médico, mesmo assim o reitor manteve a demissão.

Foi um duro golpe, pois no meu imaginário, pensava que essa Reitoria fosse diferente daquela passada, que havia demitido centenas de professores e funcionários. Não, não é diferente, pelo contrário, é bem pior, porque sabe simular certa aura angelical que disfarça a face maquiavélica do lucro, da massificação de mentes embotadas por uma estrutura que cada vez menos se dispõe a estimular o combate a esse cancro que chamamos de capitalismo selvagem. Pelo contrá-

rio, joga ao mercado levas de profissionais "bem treinados" a se comportar e a cumprir o objetivo maior do mercado.

Despeço-me agora e torço para que os funcionários e professores que conseguirem resistir a essa verdadeira caça às bruxas, coloquem no poder, na próxima gestão, alguém que mantenha a mente bem aberta, e não somente portas, para que se possa recuperar a história e a importância da PUC-SP, justificando assim sua escolha por uma multidão de alunos todos os anos.

Pedro Henrique Lopes é ex-funcionário do Núcleo de Eventos e Cerimonial

SEUS DIREITOS

Tribunal Regional do Trabalho coíbe diferenças salariais para professores da PUC-SP

Em decisão unânime, a 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo entendeu que a PUC-SP não pode utilizar duas tabelas salariais dentro da instituição, com salários diferenciados. Foi reconhecido que a chamada "tabela em extinção" deveria ser estendida ao reclamante, que mantinha contrato de trabalho por prazo indeterminado. O entendimento manteve a sentença de primeira instância que já condenava a universidade.

O caso foi julgado no processo 01444.2009.061.02.00-8, em que o Professor Armando Ortiz Monteiro Filho pleiteava as diferenças salariais referentes ao valor recebido como Professor Titular, que era inferior ao que constava da "tabela em extinção", praticada pela PUC-SP aos docentes mais antigos.

Para a desembargadora Nelí Barbuy Cunha Monacci, relatora do acórdão "a

norma coletiva da categoria veda expressamente em sua cláusula 6ª (fls. 83) a contratação de docentes por salário inferior ao limite mínimo dos professores mais antigos com a mesma titulação ou grau de qualificação".

Isso reafirma a questionável conduta aplicada pela universidade na demissão em massa de professores, e na contratação de substitutos com salários inferiores aos praticados na "tabela em extinção". A adoção de uma tabela com valores inferiores, ou seja, aplicabilidade de duas tabelas distintas para os professores implica no desrespeito à cláusula coletiva.

A decisão abre precedentes para que os docentes que têm salário/hora inferior aos valores praticados pela chamada "tabela em extinção" possam pleitear judicialmente as diferenças salariais.

UNEafro-Brasil: A luta contra o racismo como forma de combate ao capitalismo

Douglas Belchior

Vivemos uma experiência peculiar de formação societária no Brasil. A luta de classes, especialmente no Brasil, alimentou-se de um regime escravocrata que durou mais de 350 anos. A formalização do fim do regime de escravidão em 1888 tornou o Brasil um dos últimos países a substituir o trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada. Essa mudança tardia, quando a própria escravidão moderna já era um anacronismo absurdo, marcou profundamente a estrutura da sociedade brasileira, deixando em sua formação social marcas, vícios e restos que nos atingem ainda hoje. Sua permanente influência negativa (nos níveis econômico e ideológico) moldou o comportamento da sociedade brasileira, especialmente a camada historicamente ocupante do aparelho de dominação política.

O Brasil tornou-se independente sem abolir o trabalho escravo e aboliu a escravidão ao mesmo tempo em que manteve o latifúndio. Este misto de avanço e atraso, de modernização e retrocesso comprometeu o desenvolvimento do país. Desde as vésperas da inevitável abolição até cerca de três décadas seguintes, as elites deste país (que se tornariam elites republicanas) investiram maciçamente em uma política de embranquecimento da população brasileira, por meio do estímulo e financiamento das imigrações europeias. O ideário colonial justificador da

escravidão encontra então - na nova sociedade de classes tupiniquim, fundamentos a partir de teorias científicas racistas que, por sua vez, tornaram-se hegemônicas nas academias e no meio do poder político entre finais do século XIX até a década de 1930.

Esse processo condenou a população africana e seus descendentes à barbárie. O racismo presente nas relações sociais fortaleceu estereótipos, preconceitos e um estado de discriminação permanente, praticamente irreversível nestes 122 anos de pós-abolição.

O capitalismo brasileiro e suas políticas universalizantes foi incapaz de diminuir o abismo social que separa brancos e não-brancos. Ao contrário, o ideário da democracia racial, das relações paternais e conciliatórias e da égide da miscigenação - apadrinhado por Gilberto Freire, contribuiu para a enfraquecimento do debate racial. E não por acaso, uma vez que, ao adotar a democracia racial como elemento fundamental das relações sociais num país de herança escravocrata tão peculiar, anulou-se a leitura de conflito de classe presentes na gênese da formação da sociedade brasileira: senhor branco versus escrava/o negra/o.

Com o fim da escravidão, o advento da república, da industrialização e do trabalho livre, o conflito de classes foi travestido em modernas dicotomias: "burguês versus proletariado"; "patrão versus operário"; "latifundiário versus camponês". E hoje, mais do que nunca, é preciso perceber

que reconhecer outras dicotomias e conflitos existentes em nossa sociedade que potencializam a luta classista: "brancos versus negras/os"; "homens versus mulheres"; "heterossexuais versus homossexuais"; "sulistas versus nordestinos".

A UNEafro-Brasil se apresenta como um instrumento de organização popular, com compromisso de classe e que agrega militantes da causa anti-racista, das mulheres, da diversidade sexual e do combate a todos os tipos de opressões. O trabalho político parte da reflexão de que a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação deve se unir a luta contra a concentração de renda e de poder. Para combater o capitalismo, escolhemos lutar contra o racismo e por uma educação popular e libertadora. Nesse sentido nossa atuação se dá através da ação comunitária e da organização de núcleos de base em forma de cursinhos dirigidos à vestibulares públicos, concursos, Enem, artes, cultura e esportes, além da defesa tática das ações afirmativas para negras/os e trabalhadoras/es.

Para nós, a força necessária para a derrota ao sistema hegemônico será alcançada na medida em que as diferentes frentes de mobilização social estiverem unidas. Daí a importância em valorizar as diversas bandeiras de luta. Caio Prado Jr., em sua obra "A revolução brasileira" traça uma análise dessa necessidade: "[...] a diversidade da realidade brasileira, assim como os as-

pectos culturais, de modo geral, não são considerados pela esquerda brasileira. Esse desconhecimento cria obstáculos para a unificação das forças, na medida em que o discurso da vanguarda revolucionária não sensibiliza outros grupos subalternos, e que, com isso, não criam uma base social hegemônica[...]" (PRADO, 1972, p. 20).

Quanto à luta do povo negro, a UNEafro recupera alguns lutadores e teóricos entre eles Clóvis Moura e Florestan Fernandes, na afirmação de que a revolução virá a partir do comando da classe majoritária, pobre e duplamente oprimida, social e racialmente. E quando por fim, os setores mais explorados, fortalecidos pela população negra, levantarem a bandeira do socialismo, o triunfo estará próximo.

Essa é a esperança: ao reviver na prática cotidiana o exemplo revolucionário da República Comunista de Palmares, buscamos construir um país independente, justo e humanizado, onde não mais haja espaço para o racismo e todos os tipos de opressões.

Douglas Belchior é membro do Conselho Geral da UNEafro-Brasil

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Marcha contra homofobia pede aprovação do PL 122/06

No dia 19/2, foi realizada uma marcha contra a homofobia e pela aprovação do Projeto de Lei 122/06 que criminaliza a homofobia. O Projeto de Lei está no Senado, mas ainda não foi votado. Esse é o último ano para a aprovação do PL. Representantes do Governo Federal estavam presentes no ato, como a secretária dos direitos humanos, Maria do Rosário.

Segundo Rodrigo Cruz, jornalista e membro do Coletivo 28 de Junho (28dejunho.wordpress.com), a realização do ato na avenida Paulista objetiva pressionar o legislativo para aprovação do PL 122/06. "Essa marcha tem um peso simbólico. Vamos cobrar ações imediatas das autoridades contra a violência homofóbica. Sabemos que não é uma luta fácil, e que a homofobia não vai desaparecer do dia para a noite, pois é cultural. Mas o Estado tem o papel de contribuir para garantir a dignidade e a integridade física das pessoas", disse Cruz.

A APROPUC escreveu

uma moção de apoio para o ato. Confira a seguir.

MOÇÃO DE APOIO

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC - declara o seu apoio à realização da "Marcha Contra a Homofobia" neste sábado, dia 19 de fevereiro, na cidade de São Paulo. Nos últimos meses nós vimos um aumento na divulgação do número de crimes violentos contra homossexuais, em especial os ataques na região da avenida Paulista, em São Paulo. Trata-se de um aumento na publicização, pois a maioria dos crimes sequer é comunicada ao poder público e à Justiça. Em média é assassinado um homossexual a cada dois dias no Brasil.

O preconceito contra os relacionamentos de pessoas do mesmo sexo encobre um obscurantismo reacionário de nossa sociedade, ao qual nós, trabalhadores na área de educação, temos que condenar e combater permanentemente. Entendemos que a

discriminação não envolve apenas a violência física, que resulta inclusive em assassinato de pessoas por conta de suas orientações pessoais e orientações sexuais. A discriminação também ocorre nas seleções de emprego e nos locais de trabalho e de estudo e em inúmeros outros espaços da sociedade. Na maioria das vezes, os casos de discriminação sequer são combatidos por deficiências em nossa legislação.

Por isso, defendemos a aprovação do Projeto de Lei Complementar 122/06, que criminaliza a discriminação de homossexuais, idosos e deficientes. A Marcha Contra a Homofobia pretende conscientizar a sociedade e pressionar o poder público para a aprovação do PLC. Essa lei não resolve todos os problemas discriminatórios, mas cria um instrumento jurídico para garantir a integridade física e moral do cidadão, sendo um primeiro passo para aumentar o combate à opressão e ao preconceito.

Diretoria da APROPUC

Após queda de Mubarak, Egito continua em luta

Depois de 18 dias de intensos protestos nas ruas do Egito, o ditador Hosni Mubarak, que estava há 30 anos no poder, renunciou na sexta-feira, 11/2. A revolução egípcia foi desencadeada por uma série de revoltas populares contrárias às políticas econômicas, trabalhistas e casos de corrupção no país, inspirada na Revolução de Jas-

mim, que também derrubou o ditador da Tunísia Zine Ben Ali.

Apesar da queda do ditador, o povo egípcio continua mobilizado na luta por seus direitos. As principais reivindicações da população são salário mínimo de \$150 euros, proteção social justa para trabalho, saúde e educação. A luta por direitos trabalhis-

tas vem sendo travada com greves dos principais setores trabalhistas desde 2006.

Além disso, no dia 30/1, uma série de Sindicatos e organizações trabalhistas criaram a Fundação dos Sindicatos Independentes do Egito, que nega o sindicato institucionalizado pelo governo e pede as reivindicações citadas acima.

**Na USP,
trabalhadores
e estudantes
protestam contra
a política de Rodas**

Durante o recesso administrativo, a política do Reitor da USP Grandino Rodas continuou atacando o direito dos trabalhadores, indo na contramão da educação pública, laica e de qualidade. No início de janeiro, 271 funcionários aposentados da USP foram demitidos pela Reitoria e foi aberto um processo administrativo contra a funcionária Rosana Bullara, militante do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

Em protesto, no dia 23/2, será organizado um Ato Público em frente à Reitoria da USP, às 12h30, e, no dia 2/3, em local a ser definido, será realizada uma Aula Pública, com participação de intelectuais e das entidades que integram o Fórum das Seis.

Abuso de poder no STJ

Na terça-feira, 19/1, o estagiário Marco Paulo dos Santos, estagiário do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), foi demitido de maneira arbitrária pelo Presidente do órgão, Ari Parglender. O ataque de raiva de Parglender ocorreu no banco. Segundo testemunhas, Marco estava na fila de um caixa eletrônico para depositar um cheque, enquanto Parglender realizava uma operação.

Sem razão, o presidente se irritou com a presença de Marco, o agrediu moralmente e em seguida pediu sua demissão. Apenas uma hora depois, Marco recebeu uma carta de dispensa em sua mesa. O caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

ROLA NA RAMPA

APROPUC lança revista PUCviva sobre Haiti

A revista *PUCviva* que debate a situação do Haiti será distribuída brevemente a todos professores associados. A revista discute a intervenção militar feita pelas tropas da ONU, chefiadas pelo Brasil, que desde 2004 sufoca as liberdades do povo haitiano.

"Não por acaso, os artigos desta revista convergem para a defesa da retirada imediata das tropas invasoras, do fim do saque imperialista e da resolução imediata das tarefas democráticas pendentes, que somente a classe operária, os camponeses e demais oprimidos podem encarnar", afirmou o ex-professor da PUC-SP, Erson Martins, no editorial da revista.

A professora Maria Lúcia Barroco, diretora da APROPUC, na apresentação chama atenção para o fato de que nada foi feito de concreto para melhorar a vida do povo haitiano desde o início da ocupação no país. "Vários artigos analisam o que foi feito concretamente desde o início da missão militar

da ONU, em 2004: não foram construídas escolas, nem rede de saneamento básico, não foram construídos hospitais. Grande quantidade de famílias está desabrigada, vivendo em lugares públicos ou nas ruas, sujeitos a doenças, epidemias e fomes.". A revista também discute a história do povo haitiano, que promoveu a segunda guerra de independência da América (atrás apenas dos Estados Unidos), em 1804 com um levante que reuniu os escravos do país e derrotou o poderoso exército napoleônico.

Os artigos da revista são de Franck Seguy, Ricardo Melani, Osvaldo Coggiola, Simone Ishibashi, Otávio, Calegari, Centro Gumilla de Caracas, Renel Prospero, Jacques Roumain, Batay Ouvriye, Batay Ouvriye. O lançamento da revista ainda não está marcado, mas contará com parte dos articulistas da revista. O *PUCviva* divulgará com antecedência a data e o local da atividade.

Comitê organiza ônibus para visitar Battisti

No dia 23/2, quarta-feira, um ônibus sairá de São Paulo com membros do Comitê Cesare Livre que realizará uma visita a Battisti na prisão e entregará uma carta para o STF pedindo a liberdade do intelectual e militante italiano. Os interessados em acompanhar a caravana devem enviar um e-mail para cesarelivresp@hotmail.com.

Em Sorocaba oficina debate combate à diabetes

Dia 23/2, das 8h às 17h, acontecerá no auditório 412, no campus Sorocaba, uma oficina para pais e professores sobre diabetes. O evento pretende promover programas sistematizados de educação em diabetes para crianças, adolescentes, pais e professores. A Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde está organizando o evento.

Adiada reunião do Consad

O Consad tinha uma reunião marcada para esta sexta, 18/2, mas poucos minutos antes o Reitor cancelou a reunião remarcando-a para terça-feira, 22/2. Estudantes de psicologia que foram ao Consad ques-

tionar o cancelamento de algumas aulas (veja mais na pág 1) saíram frustrados, mas foram recebidos pelo reitor que prometeu analisar a situação das aulas canceladas que aconteceram sem nenhum aviso prévio.

3ª Jornada pela Moradia Digna

Nos dias 26 e 27/2 acontecerá no campus Ipiranga a 3ª Jornada Pela Moradia Digna, com o intuito de discutir o padrão excludente dos processos de urbanização das cidades. Segundo os movimentos envolvidos na jornada, este modelo de urbanização resulta em desocupações e despejos em áreas bem servidas de infraestrutura, ocupadas por comunidades de baixa renda, colocando em risco o direito a uma moradia digna de um enorme número de famílias trabalhadoras. A 3ª Jornada está

sendo organizada em conjunto ela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Movimento Nacional da População de Rua, Central de Movimentos Populares (CMP), União dos Movimentos de Moradia (UMM), Fapesp, Departamento Jurídico XI de Agosto da USP, Núcleo de Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade do Cress-SP, Escritório Modelo da PUC-SP, Caicó, Pastoral da Moradia do Ipiranga, Rede Corrente Viva, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Rede Rua de Comunicação.

Sustentabilidade e Desenvolvimento: uma perspectiva budista

Dia 1/3, a partir das 20h, acontecerá no Auditório Paulo Freire (auditório no piso superior do TUCA) um debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sobre uma perspectiva budista. O monge budista norte-americano, Bhanhe Rahula, e o mem-

bro da organização "Amigos da Terra-Amazonica", Roland Widmer, discutem a questão ecológica a partir do problema dos modos de vida hoje predominantes no mundo. Após a palestra, o público poderá dialogar com os convidados.

Ciclo de Estudos: Técnicas de Oratória

Entre os dias 19/2 e 26/2 acontecerá na PUC-SP, em local a definir, o Ciclo de Estudos: Técnicas de Oratória. Este curso se propõe a ajudar as pessoas a desenvolverem suas ideias de forma clara, concisa, mostrando que esta habilidade nem sempre é uma qualida-

de latente em pessoas que se dispõem a liderar grupos ou argumentar em debates públicos, sejam ou não comunitários. O evento é organizado pelo CEHAL (Centro de Estudos de História Latinoamericana) em parceria com a UBE (União Brasileira de Escritores).